

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais**

**Período de Análise: 01/11/2013 a 30/11/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Projeto agrícola pretende adaptar técnicas do cerrado e divide opiniões em Moçambique</b> – O Estado de São Paulo, Brasil. 01/11/2013 .....	4
<b>Agricultura familiar brasileira ganha espaço em feira na Alemanha.</b> Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/11/2013 .....	7
<b>Modelo de registro de agricultores familiares será compartilhado com a Bolívia.</b> Roberta Paola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/11/2013 ..	8
<b>FETRAF-BRASIL participa da CELAC.</b> Fernanda Silva – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 06/11/2013.....	9
<b>Brasil e China firmam acordo para entrada do milho brasileiro no mercado chinês.</b> Marcelo Ninio – Folha de São Paulo, Mercado. 06/11/2013 .....	10
<b>Países latino-americanos buscam experiência brasileira em compras da agricultura familiar.</b> Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 07/11/2013.....	11
<b>Países do Mercosul debatem programas brasileiros de compras públicas.</b> Juliana Reis – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/11/2013 .....	12
<b>O fim do acordo zero.</b> Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 09/11/2013 .....	13
<b>Reforma agrária é dada como certa em pacote chinês.</b> Marcelo Ninio – Folha de São Paulo, Mercado. 10/11/2013.....	14
<b>Acordo comercial ampliará poder da indústria de transgênicos no mundo</b> – Site do MST. 11/11/2013 .....	16
<b>Gira Técnica faz intercâmbio em áreas de Reforma Agrária e Crédito Fundiário no Rio Grande do Sul</b> – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 13/11/2013.....	17
<b>Agricultura familiar sul-americana ganha destaque em evento no Uruguai</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/11/2013.....	19
<b>Mercosul busca consenso para propor acordo à UE.</b> Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Mercado. 15/11/2013.....	20
<b>Sabedoria chinesa.</b> Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 16/11/2013 .....	22
<b>Representantes de países latino-americanos visitam propriedade rural no DF</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/11/2013.....	23
<b>Plantar frutas permite fugir à crise da mineração sul-africana.</b> Ed Stoddard – Folha de São Paulo, Mercado. 21/11/2013 .....	24
<b>Editorial: Paz difícil na Colômbia</b> – Folha de São Paulo, Opinião. 21/11/2013.....	27
<b>Uma questão de planejamento.</b> Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 23/11/2013.....	29

<b>Yara compra empresa de fertilizantes da América Latina</b> – Valor Econômico, Agronegócios. 26/11/2013 .....	30
<b>Governo Federal participa de Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar na Venezuela.</b> João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/11/2013 .....	31
<b>CNA apresenta oportunidades de investimentos aos chineses</b> – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 28/11/2013 .....	31
<b>EuroChem e Migao fazem joint venture para produzir fertilizantes</b> – Valor Econômico, Agronegócios. 28/11/2013 .....	33
<b>Indústria de alimentos mira mais contratos no Irã após acordo nuclear.</b> Sybille de La Hamaide, Valerie Parent, Nigel Hunt e Sarah McFarlane – O Globo, Mundo. 28/11/2013.....	33
<b>Projeto agrário apoiado pelo Brasil é alvo de críticas em Moçambique.</b> Andrea Fama e Cecilia Anesi – Folha de São Paulo, Mundo. 30/11/2013 .....	34
<b>Análise: Seja qual for o resultado, dinâmica da OMC já mudou.</b> Shawn Donnan – Folha de São Paulo, Mercado. 30/11/2013 .....	35
<b>Ministro moçambicano vê 'conspiração' em críticas ao plano de produção de alimentos.</b> Andrea Fama e Cecilia Anesi – Folha de São Paulo, Mundo. 30/11/2013 ..	36

## **Projeto agrícola pretende adaptar técnicas do cerrado e divide opiniões em Moçambique – O Estado de São Paulo, Brasil. 01/11/2013**

*ProSavana, programa de cooperação do Brasil e do Japão, quer elaborar plano de desenvolvimento da agricultura em área onde vivem mais de 4 milhões*

Os camponeses Antônio Lima e Zacarias Aide fazem suas roças de subsistência nos dois extremos Corredor de Nacala, no norte de Moçambique. A região é foco do ProSavana, um programa de cooperação dos governos do Brasil e do Japão, que pretende adaptar técnicas do cerrado na savana e elaborar um plano de desenvolvimento agrícola regional. Com o tamanho do Ceará, o Corredor de Nacala abriga mais de 4 milhões de pessoas. Cada um dos dois moçambicanos tem uma visão diferente sobre a intervenção brasileira.

"Nós camponeses lamentamos muito esse programa ProSavana. Não é que não queremos o desenvolvimento do país. Não. O que estamos a pedir é o esclarecimento, como vamos ser tratados e como vamos viver. E quais são os programas que o ProSavana vai implementar", diz Lima, enquanto observa sua pequena roça de arroz na região de Nampula, uma das capitais do Corredor de Nacala. Ele participa de um movimento camponês, onde ouviu falar do ProSavana. O temor é que o programa gere corrida por terras e que expulse famílias que produzem na região.

Assinado em 2011, o ProSavana ainda não divulgou com clareza quais serão as ações desenvolvidas. Não se trata apenas de um programa de pesquisa agrícola, como o que a Embrapa desenvolve no norte da África com algodão. Também estão previstas atividades produtivas "de impacto rápido", atração de investimentos privados e treinamento de camponeses.

A apresentação das ações foi adiada duas vezes este ano e agora está planejada para o ano que vem, aumentando as dúvidas sobre o ProSavana. A justificativa do programa é que as ações ainda estão sendo definidas. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que coordena a parte do Brasil no projeto, afirma que os novos conflitos armados entre o governo moçambicano e o partido de oposição Renamo não alteraram o cronograma do ProSavana, mas que a situação está sendo acompanhada.

Já Zacarias Aide está animado com a possibilidade de contar com o apoio do Brasil. "Os brasileiros, como são irmãos, se vierem para cá para ensinar a nova tecnologia para nós, será uma vantagem. E eles devem vir mesmo para nós deixarmos de fazer coisas que não têm rendimento. Nesse momento, por hectare, a gente nem uma tonelada não consegue fazer", comenta.

Aide faz parte de uma associação rural que enfrenta uma empresa norueguesa que produz madeira de reflorestamento, nos entornos de Lichinga, o outro extremo do Corredor de Nacala. Segundo o grupo, ela invadiu terras que eram de seus antepassados. De pé entre uma plantação de pinus que avança sobre sua roça de milho e feijão, Aide está confiante que os brasileiros não vão fazer a mesma coisa, porque são irmãos. "Nós

vamos nos entender com eles". Ele concorda com o governo moçambicano que o ProSavana pode ajudar a aumentar a produção agrícola.

Sete entre dez moçambicanos vivem na zona rural e dependem dos recursos naturais para o seu sustento. A agricultura é itinerante. Segundo o último censo rural, de 2010, 99% das áreas agrícolas têm menos de 10 hectares. A tecnologia para o cultivo é a enxada. Produz-se milho, feijão, amendoim e mapira, um tipo de sorgo usado na alimentação. A agricultura familiar ajuda a abastecer a mesa moçambicana, mas não é suficiente. O déficit da produção de trigo é de 500 mil toneladas anuais. No país, 43% da população têm desnutrição crônica.

*Debate.* Lima e Aide refletem um grande debate que ocorre hoje em Moçambique em torno do ProSavana. Desde o final de 2012, organizações camponesas estão se mobilizando contra o programa. Elas estão em contato com grupos rurais brasileiros, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Em maio deste ano, enviaram uma carta para os chefes do Estado do Brasil, Japão e Moçambique. "Como se justifica que a cooperação internacional que devia promover a solidariedade entre os povos converta-se num instrumento de facilitação de transações comerciais obscuras e promova a usurpação de terras comunitárias?", questiona.

"É uma intervenção para o desenvolvimento regional de forma inclusiva, porque acreditamos que produtores com diversas características e dimensões diferentes podem conviver e desenvolver parcerias", defende Calisto Bias, coordenador do ProSavana pelo Ministério da Agricultura de Moçambique. "Outras cooperações investiram milhões de dólares na agricultura de Moçambique e até hoje não conseguiram resultado. Nós acreditamos que o ProSavana tem condições de fazer isso em 10, 15 anos", afirma Yuri Wofsi de Souza, da ABC.

O ProSavana é hoje o maior projeto de cooperação do Brasil na África, com duração prevista de mais de dez anos e orçamento que deve ultrapassar US\$ 30 milhões. O ponto de partida do projeto é a semelhança entre o cerrado do Centro-Oeste e a savana do Corredor de Nacala. A região fica entre as latitudes 13° e 17° Sul. Entre esses mesmos paralelos está o Estado de Mato Grosso. Assim, acredita-se que variedades agrícolas e tecnologias desenvolvidas no Brasil poderiam ajudar a produção moçambicana.

Na década de 1970, o Japão desenvolveu um programa semelhante no Brasil - o Prodec - e ajudou o País a se transformar em um dos maiores celeiros agrícolas do mundo. Para movimentos camponeses de Moçambique, o histórico é mais um problema do que uma vantagem. "Colegas tiveram oportunidade de ir ao Brasil e disseram que lá tem programa idêntico e que as pessoas não ficaram satisfeitas", diz Antunes Raimundo, da União de Camponeses do Niassa.

O moçambicano Celso Mutadiua, coordenador de um dos dois campos de pesquisa que a Embrapa montou na região como parte do ProSavana, garante que o programa não vai repetir os problemas que existiram no cerrado. "Não queremos cometer os mesmos erros

que o Brasil. O cerrado quando foi desenvolvido era um desmatamento louco. Hoje é um mar de soja. Estamos a tentar contornar esses erros. Queremos criar uma agricultura de conservação", diz. Segundo ele, a pesquisa da Embrapa vai trazer recomendações para agricultura familiar e para o agronegócio.

Moçambique tem 36 milhões de hectares de terra arável - equivalente a Mato Grosso do Sul - e apenas 16% são cultivados. Com base nisso, o governo do país afirma que há terras para investidores internacionais, que ajudariam a desenvolver a agricultura. Os camponeses dizem que estão espalhados e que não há grandes extensões contínuas para investir sem remover famílias.

*Colheita.* O Brasil começou a implementar sua parte do ProSavana em 2012 com a criação de campos de pesquisa da Embrapa nas duas principais cidades do Corredor de Nacala: Lichinga e Nampula. Este ano, eles fizeram a colheita dos primeiros experimentos com variedades brasileiras de milho, trigo, soja, algodão, arroz, feijão. Em Lichinga, os resultados surpreenderam os agrônomos. As terras são mais férteis que no Brasil. A produção foi orgânica, sem agrotóxico.

Também em 2012 foi iniciada a criação de um plano de desenvolvimento agrícola integrado, que abrange desde as condições da infraestrutura até o mercado consumidor. Ele ficou a cargo da FGV Agro, braço de agropecuária da área de projetos da Fundação Getúlio Vargas. É este plano que estabelece a implementação de projetos de impacto rápido. Quando ele estiver pronto, também deve ser apresentado em road shows para investidores estrangeiros.

Por último, o ProSavana prevê a elaboração de modelos de difusão de novas técnicas entre os camponeses que estão na região. Esta vertente é realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e só foi iniciada em 2013. Emater, Senar, FGV Agro e Embrapa trabalham separadamente.

*Agronegócio.* As terras férteis e baratas de Moçambique estão atraindo o interesse do agronegócio brasileiro. A região ainda deve ter uma vantagem logística: uma ferrovia que está sendo construída pela Vale para escoar o carvão que produz no país. Em 2012, se instalou no Corredor de Nacala uma primeira fazenda de soja gerida por brasileiros, do Grupo Pinesso, um dos maiores produtores de grãos do Centro-Oeste. A primeira produção foi vendida para granjas moçambicanas.

O maior projeto previsto para a região é o Fundo Nacala, da FGV Agro, que participa de um dos componentes do ProSavana. Ela criou um fundo de investimentos e planeja levar dez grandes agricultores brasileiros para produzir grãos no país. O governo brasileiro afirma que o Fundo Nacala é uma iniciativa independente e que não tem relações com o ProSavana.

---

**Agricultura familiar brasileira ganha espaço em feira na Alemanha. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/11/2013**

A agricultura familiar brasileira participa pela décima vez da feira internacional BioFach Alemanha, que será realizada de 12 a 15 de fevereiro de 2014, na cidade de Nuremberg, na Alemanha. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) levará, com apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), até 14 empreendimentos da agricultura familiar que devem se inscrever até o dia 15 deste mês.

Os agricultores selecionados devem produzir alimentos orgânicos e vão expor seus produtos em um espaço de 112 metros quadrados, no total. As inscrições devem ser feitas pelo formulário online e o resultado da seleção será divulgado até o dia 1º de dezembro deste ano.

Conforme o diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valores do MDA, Nilton de Bem, a importância imediata da participação da agricultura familiar brasileira na maior feira de produtos orgânicos é ampliar o mercado. “O fato de as nossas cooperativas participarem da feira significa espaço de interlocução de mercado. Esse processo é, também, uma escola. Na medida em que esses empreendimentos têm contato com outros países adquirem noção do padrão de qualidade exigido, apresentação dos produtos e a dinâmica desses mercados”, explica.

Desde 2003 o MDA leva empreendimentos da agricultura familiar brasileira para a BioFach Alemanha. Um exemplo é a Cooperativa das Agroindústrias Ecológicas do Vale do Rio Uruguai (Cooperafe), que produz cachaça orgânica e já esteve duas vezes na feira. “Quanto mais participamos mais conseguimos mostrar nosso produto. É a maior feira de orgânicos do mundo, uma importante vitrine de divulgação”, diz um dos fundadores da cooperativa, Roberto Machado, 40 anos.

O agricultor representou a Cooperafe em sua primeira participação na BioFach, em 2010 e obteve resultados positivos. “Fizemos contatos e foi bom para conseguirmos exportar a cachaça para a Alemanha”, afirma.

### *Cooperativa*

Roberto conta que a cooperativa visa a terceira participação na feira em 2014, já que em 2012 também estiveram no evento. A empolgação é devido ao resultado em 2010. “Conseguimos um importador alemão e começamos com o fornecimento de sete mil litros de cachaça pura e envelhecida. Em 2014 pretendemos exportar 10 mil litros”, destaca.

A Cooperafe existe desde 2008 e tem 23 cooperados que vivem no município de Crissiumal, no Rio Grande do Sul. Caso consigam ir para a Alemanha em 2014, já há uma meta. “Queremos um importador dos Estados Unidos, que é o país onde esse mercado tem crescido nos últimos anos”, declara.

Em 2014 é celebrado o Ano Internacional das Nações Unidas para a Agricultura Familiar. Devido à comemoração, um espaço institucional será montado na BioFach para divulgar fotos, vídeos e experiências da agricultura familiar brasileira. O Estande do Brasil (Agricultura Familiar) oferecerá gratuitamente a cada empreendimento selecionado um espaço individual, decorado e equipado para a exposição dos produtos, o apoio de recepcionistas bilíngues e entrada no catálogo oficial da feira.

### *A Feira*

Em sua 25ª edição, a BioFach é a maior feira de produtos orgânicos do mundo e a melhor porta de entrada para o mercado europeu, que tem apresentado uma expansão média anual de 11,5% no setor, nos últimos cinco anos. Na edição de 2013, a feira atraiu 2.200 expositores de 126 países, mais de 100 mil produtos e obteve um público de aproximadamente 42 mil visitantes, entre importadores, exportadores, distribuidores, atacadistas e redes varejistas.

---

### **Modelo de registro de agricultores familiares será compartilhado com a Bolívia. Roberta Paola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/11/2013**

As políticas que definem e apoiam os agricultores familiares brasileiros têm despertado o interesse de outros países na América Latina. Nesta terça-feira (5), o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, recebeu a ministra de Desenvolvimento Rural e Terra da Bolívia, Nemesia Achacollo, para apresentar a experiência do Brasil com a Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). O encontro ocorreu no gabinete do ministro, em Brasília (DF).

Criada pelo MDA, a DAP funciona como um registro nacional que identifica o agricultor familiar. Somente com a declaração, o produtor rural pode ser beneficiado os programas do Governo Federal. “De posse do registro, o produtor familiar passa a ter acesso a programas que incluem crédito com taxas diferenciadas, seguro agrícola, assistência técnica e extensão especializada, garantia de venda e também os programas de compras públicas”, explicou o ministro Pepe Vargas.

Na reunião, a ministra boliviana explicou que o país não possui uma norma específica que defina a agricultura familiar. Ao contrário do Brasil que desde 2006 possui a Lei nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. “Nosso país não tem o mesmo tamanho do Brasil, mas queremos dar prioridade para os pequenos agricultores familiares.”

Além da DAP, a representante boliviana recebeu explicações sobre o Bolsa Família e as políticas públicas mantidas pelo Governo Federal para fomentar a agricultura familiar brasileira, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e as linhas especiais de créditos oferecidas pelo Pronaf.



O encontro foi acompanhado pelo representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil, Alan Bojanic, e pelo secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini.

---

**FETRAF-BRASIL participa da CELAC. Fernanda Silva – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 06/11/2013**

*O evento visa e debater e intercambiar experiências de políticas públicas destinadas a apoiar a inclusão produtiva dos agricultores familiares e camponeses dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos*

Nesta terça e quarta-feira, o Coordenador Geral da FETRAF-BRASIL Marcos Rochinski, participa da I Reunião de Altos Funcionários sobre Agricultura Familiar da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC”, que acontece na capital federal.

O evento tem o objetivo de debater e intercambiar experiências de políticas públicas destinadas a apoiar a inclusão produtiva dos agricultores familiares e camponeses, desde os instrumentos de crédito até as políticas de assistência técnica e os programas de compras institucionais, assim como ilustrar e debater experiências de cooperação e diálogo sobre o desenvolvimento rural na região da América Latina e do Caribe, com o intuito de estabelecer as bases de cooperação sobre a matéria no interior da CELAC.

Para o coordenador Geral, esse é considerado um processo importante de articulação entre países latinos e caribenhos.

“A FETRAF participa da reunião como representante da sociedade civil organizada e juntamente com representantes de ministério da agricultura, e de desenvolvimento rural de outros países devemos sair daqui com uma proposta. Esse é um passo importante principalmente porque em 2014, será o Ano Internacional da Agricultura Familiar”, considerou Rochinski.

*Sobre a CELAC*

A Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos – CELAC foi criada na “Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe”, realizada na Riviera Maya (México), em fevereiro de 2010, em histórica decisão dos Chefes de Estado e de Governo da região. A Cúpula da Unidade compreendeu a II Cúpula da América Latina e o Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – CALC e a XXI Cúpula do Grupo do Rio.

Na ocasião, houve consenso em constituir um novo mecanismo de concertação política e integração, que abrigará os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe. A CELAC assumiria o patrimônio histórico do Grupo do Rio (concertação política), cuja Secretaria de turno é exercida atualmente pelo Chile, e da CALC (desenvolvimento e integração), cuja presidência temporária é venezuelana. Em julho de

2011, foi realizada, na Venezuela, a III CALC, quando foi completado o processo de constituição da CELAC.

---

**Brasil e China firmam acordo para entrada do milho brasileiro no mercado chinês. Marcelo Ninio – Folha de São Paulo, Mercado. 06/11/2013**

China e Brasil fecharam um protocolo fitossanitário que na prática vai abrir o mercado chinês para o milho brasileiro.

No ano passado, o Brasil vendeu apenas US\$ 19 milhões de milho para a China --as exportações totais do grão foram de US\$ 5,3 bilhões.

O protocolo será concluído hoje durante a reunião da Cosban (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível), realizada em Cantão.

Segundo o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, que integra a comitiva brasileira, o volume anual de milho exportado para a China chegará a 10 milhões de toneladas -o excedente atual da produção brasileira- num valor estimado em R\$ 4 bilhões.

As exportações brasileiras de milho no ano passado foram de 19,8 milhões de toneladas.

A liberação do produto brasileiro deve ser o único resultado concreto da reunião de hoje para o Brasil, já que outros pleitos, como a reabertura do mercado chinês para a carne bovina brasileira não será atendido.

O vice-presidente, Michel Temer, que encabeça a comitiva, disse que pedirá um prazo para que a China chegue a uma decisão sobre a carne brasileira. O produto é barrado no mercado chinês desde o ano passado, quando surgiu um caso do mal da vaca louca no Paraná.

Temer lembrou que os frigoríficos nacionais na verdade já vendem grandes quantidades para o mercado chinês via Hong Kong, região administrativa especial da China, que já tornou-se o maior importador de carne brasileira.

*INSTABILIDADE*

O vice-presidente afirmou ainda que reforçará na reunião de hoje o interesse brasileiro em atrair investimentos chineses em projetos de infraestrutura no país.

"Temos 7.500 quilômetros de rodovias, 10 mil quilômetros de ferrovias, portos e aeroportos. Vamos incentivá-los a participar dessas licitações", disse Temer.

Ele reconheceu que mudanças nas regras das licitações criam incertezas entre investidores estrangeiros e que tentará demonstrar aos chineses que a "estabilidade institucional" do Brasil é uma forma de garantia.

"Pretendemos dar segurança jurídica. Eu sei que quanto mais a legislação muda mais instabilidade cria. O que pretendo pregar aqui e lá é a segurança jurídica desses relações. O Brasil não rompe contratos".

Maior parceiro comercial do Brasil e segunda economia do mundo, a China não acenou positivamente a outros pleitos que o Brasil levará à reunião da Cosban, o principal mecanismo de diálogo entre os dois países.

Não deve sair, por exemplo, a liberação de licença ambiental para a Votorantim operar uma cimenteira no país, adquirida da portuguesa Cimpor. Também continuará pendente um pedido para que a fabricante de ônibus Marcopolo instale uma planta no país.

De acordo com uma fonte de alto escalão da comitiva brasileira, foi rejeitado o pedido de "abertura" na legislação trabalhista para facilitar a entrada de mão de obra chinesa no Brasil.

Na interpretação do governo brasileiro, é mais uma tentativa da China de repetir o que faz em países da África, onde suas empresas utilizam mão de obra chinesa e geram insatisfação dos trabalhadores locais.

---

**Países latino-americanos buscam experiência brasileira em compras da agricultura familiar. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 07/11/2013**

Representantes de governos de países latino-americanos se reúnem até esta sexta-feira (8), em Brasília, para debater políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Na ocasião, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), fará um balanço das políticas do governo federal de apoio à comercialização da produção familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O encontro faz parte da programação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf Mercosul).

"O PAA é eficiente porque garante renda aos pequenos produtores, por meio da aquisição de alimentos dos agricultores familiares, e assim contribui para a formação dos estoques governamentais e ainda possibilita a doação desses produtos para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional", ressalta o assessor de desenvolvimento de programas da Conab, Vicente José Puhl.

Criado em 2003, O PAA tem como finalidade o apoio aos agricultores familiares, por meio da aquisição de alimentos de sua produção, com dispensa de licitação. O programa adquire alimentos, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 8.000,00 ao ano por unidade familiar.

Na modalidade Compra com Doação Simultânea, os alimentos adquiridos dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à doação para entidades, atendidas por programas sociais locais, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região. A modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar consiste no apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao

Poder Público ou destinação aos estoques públicos. Já a Compra Direta permite a aquisição de alimentos para distribuição ou para formação de estoques públicos.

A expertise brasileira com o PAA auxiliou países como Bolívia, Equador, Venezuela e Paraguai a desenvolver políticas de compras públicas da agricultura familiar. Estas experiências também serão apresentadas no encontro.

## CELAC

A Reaf Mercosul acontece após a primeira reunião de Altos Funcionários da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Realizada no início desta semana, a Celac teve como objetivo discutir iniciativas que garantam a segurança alimentar e o desenvolvimento do meio rural, por meio da inclusão produtiva da agricultura familiar.

O encontro reuniu representantes de 33 países.

---

### **Países do Mercosul debatem programas brasileiros de compras públicas. Juliana Reis – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/11/2013**

Foi concluído, nesta sexta-feira (8), em Brasília, o Intercâmbio de Experiência sobre Modelos de Gestão da Política de Compras Públicas da Agricultura Familiar. O evento é o último encontro de cooperação técnica promovido pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (Reaf), baseado na experiência brasileira do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). A ação, que contou com financiamento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), envolveu Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

A iniciativa teve por objetivo estimular, em todos os países do Mercosul, a adoção de políticas nacionais de aquisição da produção familiar, que obedeçam as necessidades e especificidades de cada nação, uma vez que as compras públicas fortalecem a agricultura familiar e são um componente importante nas estratégias nacionais e regional de segurança alimentar e nutricional.

Participaram da iniciativa, iniciada em 2011, técnicos governamentais e membros da sociedade civil. O processo buscou a troca de experiências regionais, de modo a explorar as possibilidades de implantação de políticas de compras públicas da agricultura familiar em todos os países do Mercosul. Com isso, o grupo espera colaborar para a inclusão dos agricultores familiares aos circuitos comerciais e gerar oportunidades para o desenvolvimento local, por meio da produção de alimentos, geração de emprego e renda e ocupação e ordenamento dos territórios.

O encerramento do processo, serviu para avaliar o aproveitamento e discutir a continuidade do intercâmbio. Entre os avanços, está o caso uruguaio. Atualmente, o país discute um marco regulatório para instalar uma lei de compras públicas no País.

### *Histórico*

A primeira etapa do Intercâmbio foi realizada no Brasil, em 2011, e incluiu informações sobre o modelo de compras públicas adotado pelo País e as visitas de campo. O segundo encontro, na Argentina, mostrou o funcionamento nacional, que trabalha mais com intervenções públicas para a comercialização dos produtos da agricultura familiar do que de compras institucionais. No Uruguai, país que sediou o terceiro intercâmbio, o foco foram os projetos pilotos de compras diretas da agricultura familiar, desenvolvidos a partir de 2007.

---

### **O fim do acordo zero. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 09/11/2013**

Li na "Economist" da semana passada que a China não precisa se preocupar com a dependência das importações de grãos, que no passado consumiram até 25% da receita de suas vendas externas. Afinal, lembrou a revista, esse gasto representa, hoje, apenas 2% das receitas obtidas com suas exportações.

Depois desta semana em Pequim, em que participei de uma reunião com o vice-presidente Michel Temer e o presidente chinês, Xi Jinping, imagino que todos lemos o mesmo artigo. E com ele concordamos.

A China deve seguir produzindo o que tem de melhor e continuar comprando, do resto do mundo -inclusive do Brasil-, o que de mais seguro e competitivo produzimos: alimentos. O vice-presidente do país, Li Yuanchao, sugeriu até que deixássemos de lado o sinal vermelho e adotássemos apenas o verde nas relações bilaterais.

O verde dominou a pauta de Pequim. Conseguimos abrir a venda de milho e habilitar cinco frigoríficos que agora poderão exportar carne de frango para os chineses.

Autoridades do governo da China comprometeram-se a visitar o Brasil até meados de dezembro, para habilitar outros frigoríficos de aves e, enfim, suspender o embargo à carne bovina brasileira. A suspensão de apenas três frigoríficos provocou queda de 22% nas exportações de carne de frango no primeiro semestre deste ano.

Obstáculos à parte, a China é, hoje, nosso maior parceiro e o primeiro destino de nossas exportações. A despeito do pouco dinamismo do nosso comércio externo, nos últimos cinco anos, exportamos para o mercado chinês o equivalente a US\$ 150 bilhões.

O aceno de sinal verde ao Brasil vem em boa hora. Basta lembrar que, em 2012, a China importou o equivalente a US\$ 1,75 trilhão, do qual apenas US\$ 41 bilhões vieram do Brasil. É chegado o momento de aproveitarmos o real potencial da China.

O atual governo chinês tem a meta de duplicar a renda per capita até o fim desta década. Está prestes a anunciar um conjunto de profundas reformas da economia, que, entre outras coisas, resultará no crescimento da demanda geral por alimentos, em especial os itens mais nobres da dieta, como as carnes.

Nesse cenário promissor, é preciso articular um esforço de exportação muito mais organizado, envolvendo tanto o setor público -Ministérios da Agricultura, do Comércio Exterior, Itamaraty e Apex-Brasil- quanto o privado. Além dos exportadores

tradicionais e das tradings, novas agroindústrias de médio e pequeno porte devem ser incorporadas.

Desse modo, torna-se indispensável uma atitude do governo brasileiro, para livrar o setor produtivo dos enormes obstáculos de ordem burocrática e normativa.

O Brasil pode e deve, no âmbito do agronegócio, encontrar novos caminhos para abrir o grande mercado chinês. Até agora, as relações econômicas sino-brasileiras evoluíram de modo espontâneo, por iniciativa de algumas grandes empresas.

Ocorre, porém, que o aumento e a melhoria de qualidade dessas relações dependem de uma política deliberada de governo. E isso dentro de uma visão estratégica de longo prazo, que esteja aberta a considerar os interesses mútuos e a fazer concessões.

Um dos equívocos a serem corrigidos é o modelo tarifário, que fez com que o Brasil exportasse 12 vezes mais soja em grão do que farelo ou óleo de soja. A causa disso é a política insana que tributa o óleo exportado em 18% de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e que isenta apenas a soja em grão.

No caso da China, enfrentamos a escalada tarifária na exportação de alguns produtos, como o café. O grão verde é taxado em 8%, o torrado, em 15%, e o café solúvel, em inacreditáveis 34%. Um claro desestímulo à agregação de valor que precisa ser revisto.

Este é o momento de construirmos, com os chineses, uma cooperação econômica mais madura e abrangente.

Na verdade, o que eu espero do novo chanceler, Luiz Alberto Figueiredo Machado, é que ele aproveite a oportunidade que a China nos oferece e nos retire do vergonhoso ranking do acordo zero.

---

### **Reforma agrária é dada como certa em pacote chinês. Marcelo Ninio – Folha de São Paulo, Mercado. 10/11/2013**

A promessa do governo chinês de aplicar reformas "sem precedentes" na economia, vista com ceticismo por alguns analistas, deverá se confirmar em ao menos uma área: a da propriedade de terras nas áreas rurais.

O governo tende a permitir que camponeses comercializem suas terras, rompendo o modelo de propriedade coletiva herdado do sistema comunista de Mao Tsé-tung.

O plano, mencionado nas últimas semanas pela mídia estatal, foi confirmado por um integrante da comitiva brasileira do que se reuniu na semana passada com altas autoridades chinesas.

Nas áreas urbanas, a terra é propriedade do Estado. A partir dos anos 1990, foi permitido que um vibrante mercado imobiliário se desenvolvesse nas cidades, criando um dos motores do crescimento econômico chinês. No campo, entretanto, a herança das comunas da época de Mao persistiu. A terra é propriedade coletiva dos camponeses, que não podem comprar e vender as terras em que trabalham e as casas onde vivem.

Pela reforma arquitetada pelo Partido Comunista, o governo concederá títulos de uso de terra a famílias na área rural, o que lhes dará condições mais favoráveis para migrar.

A ideia é estimular uma nova onda de urbanização, com mais igualdade entre campo e cidade, e aumentar o consumo, uma das prioridades para mudar um modelo econômico focado em investimento e exportações.

A alteração no sistema de propriedade rural exigirá uma reforma fiscal, já que atualmente as terras rurais são uma fonte de renda importante para os governos de cidades e províncias.

"Eles vão fazer uma reforma tributária para redividir os impostos e compensar os municípios que ficarão sem o dinheiro das terras", disse o integrante da comitiva brasileira, repetindo o que ouviu de um dos chefes da agência de planejamento econômico da China.

Experimentos em que camponeses são autorizados vender terras entre eles vem sendo feitos no país de forma discreta nos últimos anos. Mas o novo pacote de reformas promete uma revolução, diz o governo, que não poupou comparações com a histórica abertura da economia lançada por Deng Xiaoping numa reunião do partido em 1978.

No ano passado, o governo anunciou que a população urbana da China chegou a 51% do total (em comparação com 18% em 1978, quando o país começou a abertura econômica).

Por trás dessa migração em massa, porém, há uma enorme desigualdade. Quase 40% da população considerada urbana (270 milhões) vive em cidades, mas continuam com o registro de residência do campo.

Adotado em 1958 para evitar o êxodo rural e assegurar a produção agrícola, esse registro, conhecido como "hukou", mantém os migrantes como cidadãos de segunda classe quando se mudam para as áreas urbanas.

Entre os direitos negados nas cidades aos migrantes sem registro estão a compra de bens como imóveis e carros e o acesso a serviços como educação e saúde.

"O mais importante é que a população rural não está conectada ao sistema de benefícios sociais. A única forma de estimular o consumo é dar a essas pessoas esse tipo de segurança", diz Lawrence Brahm, autor de vários livros sobre a China.

A expectativa é que entre as reformas aprovadas pelo governo esteja a concessão do "hukou" a migrantes em pequenas e médias cidades.

Cercada de mistério e forte segurança, a terceira sessão plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista teve início no sábado (9) em Pequim. Nada vazou do que está em discussão. A reunião termina na terça (12), quando deverá ser divulgado um comunicado com as diretrizes aprovadas.

Além da reforma agrária, fala-se em medidas de abertura do sistema financeiro, liberalização das taxas de juros para depósitos e quebra do monopólio de estatais em setores como bancos e telecomunicações.

Desde 1980, a economia chinesa teve crescimento anual médio de 10% e mesmo com a desaceleração recente a previsão é que feche 2013 dentro da meta de 7,5% estabelecida pelo governo.

Mas reformas são consideradas cruciais para corrigir desequilíbrios econômicos, evitar distúrbios gerados pela desigualdade social e criar uma blindagem contra a queda na demanda global.

---

### **Acordo comercial ampliará poder da indústria de transgênicos no mundo – Site do MST. 11/11/2013**

A indústria multinacional de agricultura e biotecnologia Monsanto está prestes a mudar os rumos da produção e comercialização de sementes. Baseada no Acordo de Associação Transpacífico (TPP), um grande projeto de livre comércio que inclui 12 países, entre eles Chile, Peru e México, a empresa pode recorrer às leis do acordo para ter livre a rotulagem de alimentos transgênicos, limitando o plantio e a comercialização apenas para a empresa.

De acordo com o TPP, cujos integrantes somam 40% do PIB mundial, um padrão global de empresas será criado sobre os governos dos países envolvidos por meio de um sistema de tribunais. Esses tribunais poderão limitar, por exemplo, o acesso a medicamentos genéricos baratos em favor de medicamentos de marca, e permitir que empresas de cigarro processem governos por regulamentações na área da saúde.

Baseada nisso, a Monsanto pretende ter o controle corporativo do mundo de alimentos, saúde e meio ambiente. De todos, o fator preocupante é o do alimento. Se o controle global for efetivado, sementes que antes eram distribuídas igualitariamente serão distribuídas por apenas algumas corporações transnacionais, controlando não apenas a comida, mas também a saúde e a fonte de renda dos agricultores.

Outro fator preocupante são os produtos transgênicos, que também são defendidos pela Monsanto. A modificação genética mais preocupante envolve insensibilidade a herbicidas à base de glifosato (produtos químicos que matam plantas ditas "daninhas"). Muitas vezes conhecido como Roundup, após o produto mais vendido Monsanto ter esse nome, glifosato envenena tudo em seu caminho, exceto plantas geneticamente modificadas para resistir a ele. O glifosato é um parceiro essencial para os organismos geneticamente modificados, que são o principal negócio da indústria de biotecnologia a expansão.

Três países estão hesitantes e se eles desistirem, todo o acordo irá por água abaixo. Se enviarmos um enorme e forte apelo para líderes no Chile, Nova Zelândia e Austrália. Por isso uma campanha está coletando assinaturas nas Internet para impedir a investida corpor abra sua champanhe.



## *Campanha defende a soberania e a segurança alimentar do Brasil*

Um projeto de Lei, o (PL) nº 268/2007 de autoria do deputado Eduardo Sciarra (PSD/PR) ameaça a soberania e a segurança alimentar e nutricional do Brasil. Promovedor da comercialização de sementes conhecidas como "terminator", o projeto permitirá a produção e comercialização de sementes transgênicas suicidas, ou seja, sementes que após a colheita não voltam a germinar, obrigando os agricultores a comprar sementes a cada safra. Essas sementes, além de serem estéreis, possuem alto risco de tornar também estéreis as que estejam sendo cultivadas em propriedades próximas.

No Dia Mundial da Alimentação, representantes das organizações e movimentos que apoiam a campanha entregaram uma petição e todas as assinaturas ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Décio Lima. Dentre os apoiadores, estão: ActionAid Brasil, ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, AS-PTA, Centro Ecológico, Centro Sabiá, CONTAG, Cooperativa AECIA, Cooperativa Econativa, CTA – ZM, FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, FESANS/RS, Grupo ETC, GEA - Grupo de Estudo em Agrobiodiversidade, Movimento dos Pequenos Agricultores, MMTR-NE, MST, Mutirão Agroflorestal, Plataforma Dhesca Brasil, Rede de Mulheres Negras para Segurança Alimentar, Rede Ecovida de Agroecologia, Terra de Direitos e Via Campesina Brasil.

*\* Com informações de Wikileaks, resistir.info e The Ecologist*

---

### **Gira Técnica faz intercâmbio em áreas de Reforma Agrária e Crédito Fundiário no Rio Grande do Sul – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 13/11/2013**

Líderes rurais de 10 países da América Latina e Caribe (Paraguai, Uruguai, Equador, Argentina, Peru, Bolívia, Colômbia, Cuba, Chile e República Dominicana) participam de uma visita técnica ao Brasil entre os dias 11 e 16 de novembro. Esta atividade integra o programa do Curso Internacional de Formação de Líderes para o Desenvolvimento Territorial para a Segurança Alimentar da FAO, e envolve jovens, mulheres e líderes de organizações sociais. Dois líderes de cada país integram esta visita, também conhecida como Gira Técnica, que tem como objetivo consolidar o enfoque do desenvolvimento rural territorial participativo para a segurança alimentar, além de trocar experiências práticas.

No segundo dia da Gira Técnica, 12 de novembro, o grupo conheceu duas experiências brasileiras de acesso à terra através da Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

A primeira foi apresentada pelo agricultor familiar Airton Rubenisch, de 44 anos, assentado do Projeto de Assentamento "Capela", no município de Nova Santa Rita, onde a conquista da terra se deu em 1994, através da articulação do MST, cuja área é de

2040 hectares e abriga 100 famílias de agricultores familiares. Destas, 30 famílias fizeram a opção de trabalhar de forma coletiva, cultivando e beneficiando de forma orgânica. Estas mesmas famílias constituíram uma cooperativa, que organiza a produção, o beneficiamento e a comercialização dos produtos (arroz orgânico, leite e carne suína). Segundo informações do agricultor familiar, o beneficiamento dos produtos tem valorizado e agregado valor à produção da comunidade/Coopan, e os produtos são vendidos para desde mercado local, para compras públicas e institucionais, como o PAA e PNAE, até o mercado regional e na capital gaúcha.

Na mesma tarde, foi a vez de conhecer a experiência de aquisição de financiamento para a compra de terras pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), executado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário através da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA (SRA/MDA) e Unidades Técnicas Estaduais - no caso do Rio Grande do Sul, foi a UTE/RS em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Fetag-RS. O grupo visitou a comunidade Alto Morro dos Bugres, nome de origem afro-indígena, no município de Santa Maria do Herval/RS, na propriedade dos jovens Adelar Gressler e Adriane Holz, ambos com 33 anos de idade, casados, e com um filho. Eles acessaram o programa do PNCF “Nossa Primeira Terra”, que é linha de crédito específica para juventude na perspectiva de construção de oportunidades para a sucessão rural na agricultura familiar. Adelar conta que acessou o crédito no ano de 2005, quando ainda era solteiro, no valor de R\$ 25 mil, o que garantiu a compra de três hectares de terra, limitando com a propriedade da sua família. Ele já pagou duas parcelas do seu financiamento, que gira em torno de R\$ 2 mil/ ano.

O jovem agricultor cita que já acessou outras políticas públicas como ATER, Pronaf Custeio, Programa Mais Alimentos, dentre outras, que garantem a produção e o sustento da sua família, que hoje tem como culturas principais a produção de hortifrutigranjeiros, como mandioca, cenoura, cebola, beterraba, rabanete, couve-flor, batata inglesa e doce, milho, uva, maçã, morango, alface, pepino, tomate, peixe e galinha, dentre outras. Toda a produção é comercializada diretamente pela família em seu município e em municípios vizinhos, eliminando os atravessadores. “A melhor coisa é ter a minha própria terra, onde tudo que fazemos é para nós, bem como as decisões são da família”.

Estiveram presentes na visita técnica o prefeito do município de Santa Maria do Herval, Rodrigo Fritzen, o ex-presidente do STR local, o atual presidente do Sindicato, representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, da Emater-RS, o diretor da Fetag-RS, Nestor Bonfante, a coordenadora regional do curso, Dulclair Sternadt, e o Vice Presidente e Secretario de Relações Internacionais da CONTAG, Willian Clementino.

Até o dia 16, sábado, a Gira Técnica continua em diversos municípios gaúchos, onde o grupo terá a possibilidade de conhecer agricultores familiares brasileiros que acessam diversas políticas públicas como crédito rural do Pronaf, acesso a mercados institucionais como PAA e PNAE, agroindústria familiar e incentivo à produção agroecológica.

"Estou muito contente em ter construído o roteiro da Gira Técnica, onde cada vez podemos afirmar o papel da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário, na promoção do desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e que os mesmos contribuem, sobretudo, na segurança e soberania alimentar de todos os povos. E ainda faço um recorte especial para a experiência apresentada por Adelar e Adriane, pois foi um programa que ajudei a sonhar, pensar e construir. A CONTAG foi a grande protagonista dessa proposta", afirma Willian.

**SOBRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO** - Desde 2009, o Programa de Formação de Líderes Rurais já formou 510 dirigentes na região da América Latina e Caribe e, até o final de 2013, cerca de 390 líderes serão capacitados.

O Programa tem como objetivo fortalecer a capacidade de articulação e incidência das organizações de representação rural na América Latina e Caribe de forma que possam participar ativamente no planejamento e gestão de políticas públicas de Desenvolvimento rural e segurança alimentar.

---

### **Agricultura familiar sul-americana ganha destaque em evento no Uruguai – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/11/2013**

Gestores públicos, técnicos, membros de organizações sociais de trabalhadores rurais e pesquisadores do Brasil, Uruguai e Argentina estão reunidos em Montevideu, no Uruguai, a partir desta quarta-feira (13). O II Intercâmbio Internacional de Governança Fundiária, que termina nesta sexta-feira (15), busca conhecer e discutir políticas e programas de desenvolvimento sustentável, de acesso à terra e de ordenamento fundiário que vêm sendo aplicadas na agricultura familiar na América do Sul.

"Foi importante ver que no Uruguai e na Argentina, assim como no Brasil, há avanços significativos no conjunto de políticas, leis e programas, que buscam a sustentabilidade e o fortalecimento da agricultura familiar. Hoje, mais do que antes, a terra se tornou um bem social, sendo imprescindível que sua regulação de uso seja feita pela sociedade, permitindo um crescimento mais homogêneo e sustentável da produção", disse o secretário da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Almeida.

No primeiro dia de evento, representantes dos governos apresentaram um panorama da situação agrária e fundiária dos três países. Ao final, constatou-se que a agricultura familiar da América Latina vive realidades muito parecidas, tendo avançado, nos últimos anos, no desafio de superar o modelo de concentração da propriedade e uso indevido da terra.

Promovido pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), por meio do projeto de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e pelo governo do Uruguai, o evento tem, ainda, o propósito de orientar as atividades futuras que subsidiarão os preparativos para o 1º Seminário Internacional de Governança Fundiária, que será realizado no Brasil, em 2014.

## *Programação*

À tarde as políticas públicas de acesso à terra, o reordenamento e a governança fundiária foram analisadas sobre a ótica dos movimentos sociais de trabalhadores do Uruguai, Argentina e Brasil. Uma oportunidade que, segundo o secretário de Política Agrária da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Zenildo Xavier, é inédita. "Para nós, dos movimentos sociais, poder compor a comitiva do governo brasileiro para discutir, internacionalmente, temas tão relevantes como a governança e a regularização fundiária, demonstra o compromisso do MDA com a agricultura familiar", comentou Xavier. O secretário da Contag disse ainda, que o fim da violência no campo e o fim dos latifúndios, subsidiados pelo agronegócio, só será possível quando o Brasil tiver efetivo conhecimento e governança de sua malha fundiária, o que torna o tema discutido no evento, ainda mais importante.

Zenildo também comentou o avanço brasileiro na questão do acesso à terra, nos últimos dez anos, com a implementação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). "O Crédito Fundiário é hoje uma importante alternativa para os agricultores sem terra, principalmente para a juventude rural", completou.

Para esta quinta-feira (14) estão previstos três painéis, que vão tratar especificamente das ações de regularização fundiária - cadastro, georreferenciamento e titulação - desenvolvidas pelos três países que participam do Intercâmbio. Na sexta-feira (15), está prevista uma visita técnica em duas "colônias" de agricultores uruguaios nos municípios de Maldonado e Canelones, cerca de 100 km da capital.

---

### **Mercosul busca consenso para propor acordo à UE. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Mercado. 15/11/2013**

Depois de ao menos dois meses de pressão do governo brasileiro, a Argentina finalmente resolveu apresentar a sua proposta para as negociações entre o Mercosul e a União Europeia com vistas a um acordo de livre-comércio.

Consequência imediata: técnicos dos quatro países sul-americanos reúnem-se hoje em Caracas para tentar compatibilizar as respectivas propostas, de forma a chegar a um documento único a ser apresentado aos europeus.

O prazo vai até o fim do ano, conforme compromisso assumido em janeiro pelas partes.

Brasil, Uruguai e Paraguai já têm suas próprias propostas, apesar de o Paraguai ainda não ter sido formalmente readmitido no bloco. A Venezuela, presidente de turno do Mercosul, não participa da negociação com os europeus porque ainda está no estágio de adaptação às regras do conglomerado sul-americano.

Para que a negociação com os europeus possa caminhar, é preciso que os dois blocos apresentem propostas que representem a derrubada de barreiras para algo em torno de 90% do comércio. É a única maneira de a OMC (Organização Mundial do Comércio)

aceitar benefícios a um país (ou no caso a um bloco), sem que seja obrigatório estendê-los a todos os demais membros da instituição global.

É o que o jargão diplomático chama de cláusula de nação mais favorecida.

A Argentina vinha resistindo a apresentar uma proposta com essa abrangência por temor de que sua indústria fosse devastada pela concorrência de produtos europeus.

O governo brasileiro não conhece os detalhes da proposta que os argentinos apresentarão, mas acredita que conseguiu convencer os parceiros de que, sem chegar perto dos 90%, o processo negociador com os europeus será sepultado de uma vez.

A negociação Mercosul/UE começou há quase 20 anos, mas avançou pouco ou nada. Chegou a ficar completamente travado durante o governo Lula, mas foi retomado timidamente no fim dele, mais exatamente em 2010.

### *PERSPECTIVAS*

Hoje em Caracas será a primeira vez desde então que cada membro do Mercosul conhecerá as propostas dos parceiros, o que torna difícil prever quais são as perspectivas de compatibilização.

A harmonização é necessária porque o mandado outorgado à Comissão Europeia pelo Conselho Europeu, suprema instância do bloco de 28 países, obriga a uma negociação com o Mercosul, não com cada país em particular.

Em todo o caso, se for impossível compatibilizar as quatro propostas, o Mercosul acredita que seria possível obter dos europeus alguma flexibilização para aceitar propostas parcialmente separadas.

### *RESISTÊNCIA*

Uma zona de livre-comércio UE/Mercosul seria a maior do mundo, mas, mesmo assim, grande parte do empresariado industrial brasileiro resistia até recentemente à negociação porque, como agora admite o governo, houvera uma simplificação abusiva: a sabedoria convencional, inclusive dos negociadores, era que o Mercosul entraria com a abertura de seus setores industrial e de serviços, em troca de concessões europeias em agricultura (que jamais se materializaram).

Agora, no entanto, depois de 16 reuniões setoriais com o empresariado industrial, o Ministério da Indústria, Comércio e Desenvolvimento convenceu-os de que "haverá importantes ganhos também para o setor".

A agricultura não precisava ser convencida porque a tremenda competitividade do agronegócio brasileiro tornava-o ganhador natural em um acordo com os europeus.

---

## **Sabedoria chinesa. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 16/11/2013**

Terminou, no dia 12, a terceira sessão plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista. Houve a aprovação de um novo e amplo programa de reformas. Entre elas, a flexibilização na política do filho único, com o objetivo de aumentar, a longo prazo, a força de trabalho.

Para manter o crescimento econômico, a China calcula ser necessário alcançar uma população de 1,5 bilhão de habitantes em 2030.

Outra medida de impacto é a flexibilização da venda de terras rurais, permitindo que a população do campo migre para outras cidades do país.

Uma avaliação preliminar das medidas que vão sendo conhecidas indica um aprofundamento da estratégia de reforma e de abertura desenhada por Deng Xiaoping em 1978, durante outra reunião dos líderes do Partido Comunista chinês. Nesse modelo desenvolvimentista, as ZEEs (Zonas Econômicas Especiais) tinham um papel central para o início da abertura da economia do país.

Na China, liderando uma missão de empresários do agronegócio nos últimos dez dias, tive a oportunidade de visitar mais uma vez a Suzhou Industrial Park, uma ZEE com impressionantes 8.000 empresas estrangeiras e 10 mil chinesas, que faturou US\$ 30 bilhões em 2012.

Após 35 anos em que as primeiras zonas especiais foram instaladas, no litoral oriental da China, elas continuam a ser um importante instrumento para a modernização da atual economia do país asiático. Atraíram capital externo -principalmente de japoneses e de norte-americanos- e foram decisivas para o desenvolvimento do parque industrial chinês.

Os objetivos desses megaempreendimentos são relevantes. Apesar da forte participação do Estado, permitem a gradativa abertura do mercado para empresas internacionais. Nelas, vigoram a economia de mercado e um modelo vencedor de parceria público-privada. A prova do sucesso é que elas chegam a crescer três vezes mais do que a própria China.

Além disso, criam um espaço delimitado em que o governo pode testar novos modelos econômicos. Se aprovados, esses experimentos transformam-se em políticas públicas regionais ou nacionais. A delimitação geográfica permite que as autoridades chinesas avaliem reformas com menor exposição a riscos e a resistências socioeconômicas.

A abertura da economia chinesa para o mercado internacional é um dos elementos centrais das ZEEs, que, entre outros benefícios, incentivam a atração do investimento direto estrangeiro e facilitam a incorporação de tecnologias e de novas formas de gestão.

Promovem, ainda, a integração das cadeias produtivas e contribuem para a geração dos saldos comerciais de que a China necessita para assegurar o desenvolvimento da indústria e dos serviços internos.

Há, também, redução de procedimentos burocráticos, liberalização de restrições aos fluxos de capital e flexibilização de normas tributárias e fiscais. Essas medidas tornam as ZEEs um espaço econômico mais favorável e atrativo para empresários e empreendedores.

O modelo é flexível, podendo promover objetivos específicos, tais como zonas de processamento focadas em exportações, a formação de parques tecnológicos e a implementação de políticas ambientais por meio da criação de reservas ecológicas.

As ZEEs funcionam, também, como um polo de integração logística. Ao maximizar a utilização da infraestrutura de comunicação e de transporte, a concentração de empresas e a internalização dos processos alfandegários reduzem os custos de transações das firmas.

Ao associarem países a empresas, essas zonas especiais são um laboratório para iniciativas de cooperação internacional. Estruturadas por meio de regras claras, podem ser um poderoso instrumento de modernização econômica também para o Brasil.

Embora o ambiente sociopolítico da China seja diferente, deveríamos olhar, com atenção, para essa experiência adotada por Pequim e considerarmos a possibilidade de criar zonas experimentais no Brasil, com a colaboração de países que vêm utilizando esse modelo de sucesso. Não custa nada aprender com os chineses.

---

### **Representantes de países latino-americanos visitam propriedade rural no DF – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/11/2013**

Com apenas um ano de produtividade, a chácara Sertão Veredas, localizada no núcleo rural de São Sebastião, a aproximadamente 35 quilômetros do centro de Brasília (DF), recebeu, nesta quarta-feira (20), representantes de países latino-americanos para que pudessem conhecer a produção orgânica de hortaliças, o manejo sustentável da água e o apoio da assistência técnica à produção local. A visita faz parte do IV Encontro Anual da Rede Latino-Americana de Serviços de Extensão Rural (Relaser), promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A agricultora Carmelinda Oliveira Rocha, 56 anos, produz com a família tomate-cereja, quiabo, batata, couve, entre outros alimentos, em quatro hectares de terra. A produção da chácara tem destino certo: parte é comercializada pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, enquanto a outra é vendida diretamente aos consumidores nas feiras da região. Para chegar a esse ponto, Carmem, como gosta de ser chamada, contou com o apoio de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

“Começamos a produzir para o próprio consumo. Mas depois que fui ao escritório da Emater e recebi apoio para o início da produção nós conseguimos crescer. A gente nem pensava que conseguiríamos ter lucro com uma produção assim tão rápido. Então, foi por meio desse apoio do Governo e desses órgãos parceiros que a gente a renda

aumentou. O que ganhamos, investimos de volta na produção. Compramos sementes, material para a irrigação”, afirma.

A família também teve acesso ao financiamento do Mais Alimentos – linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – para aquisição de um veículo. “Nossa meta é ampliar ainda mais a produção. E isso ainda não é possível, porque levamos os alimentos até a feira de ônibus. Agora estou aprendendo a dirigir para levar esses produtos de carro. Isso vai facilitar muito a comercialização”, conta.

A produção orgânica da família é certificada pela Organização de Controle Social (OCS), apoiado em legislação, do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (Mapa). Segundo o extensionista Luiz Ueno, a certificação facilita a comercialização dos produtos orgânicos. “Pela OCS o produtor pode comercializar diretamente seus produtos em feiras livres da região”, observa.

Na visita à propriedade, estiveram presentes representantes da Bolívia, Chile, Paraguai, entre outros. O coordenador de Inovação e Sustentabilidade de Assistência Técnica e Extensão Rural, do MDA, Hur Ben, ressalta que o encontro entre esses países é uma oportunidade de se trocar experiências. “No Brasil temos uma série de políticas para a agricultura familiar que os outros países não têm. As dificuldades que esses países enfrentam são muito semelhantes. Um debate assim, ajuda muito na percepção sobre como melhorar aquilo que já estamos fazendo e a criar coisas novas”, explica ao atentar que esses países podem vir a adotar ou utilizar algumas experiências brasileiras em suas regiões.

### *Saiba mais*

Qualificar os serviços de assistência técnica na América Latina e promover sua articulação com a pesquisa são os principais desafios dos países que participam do IV Encontro Anual da Rede Latino-Americana de Serviços de Extensão Rural (Relaser). A reunião, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que vai até a próxima quinta-feira (21), em Brasília (DF), conta com representações de instituições públicas e privadas, profissionais da Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária e agricultores de 16 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

---

### **Plantar frutas permite fugir à crise da mineração sul-africana. Ed Stoddard – Folha de São Paulo, Mercado. 21/11/2013**

A vida de Peter Somakhephu seguiu um padrão familiar para muitos mineiros negros sul-africanos: ele trocou uma vida marginal de agricultura de subsistência em sua aldeia natal pelo trabalho subterrâneo de baixo salário, mas terminou forçado a voltar à lavoura.



Sua vida completou um círculo, mas ele escapou ao ciclo de subsistência precária ao trocar a produção de safras de consumo imediato para sua família pela produção em pequena escala de frutas para o comércio, um negócio que, até recentemente, estava fora de seu alcance.

O exemplo dele pode ser promissor para alguns entre as dezenas de milhares de trabalhadores do setor de mineração sul-africano destinados a perder seus empregos nos próximos anos, em uma nova onda de desemprego que alimentará as tensões nas áreas rurais e nas sombrias favelas que cercam as minas.

A Amplats (Anglo American Platinum) vai cortar 3,3 mil empregos para restaurar seus lucros, e a decisão causou uma greve de 13 dias entre os mineiros desesperados por trabalho, em um país no qual mais de 40% dos adultos e mais de 50% dos jovens estão desempregados.

A greve terminou na quinta-feira depois que a Amplats aceitou um plano que substituiu as demissões diretas por um sistema de incentivo remunerado às demissões voluntárias.

Isso significa que os trabalhadores descontinuados receberão indenizações maiores, se bem que os montantes não tenham sido especificados imediatamente. A companhia já reduziu sua meta inicial de demitir 14 mil trabalhadores, sob pressão do governo e dos sindicatos, o que destaca a gravidade da questão.

As consequências sociais da perda de empregos na mineração são amplas porque o operário típico do setor têm oito dependentes em duas famílias separadas, uma perto das minas e a outra em sua aldeia rural de origem.

O CNA (Congresso Nacional Africano), partido que governa a África do Sul há quase duas décadas, deve vencer de novo as eleições do ano que vem, mas forças políticas mais radicais estão se fazendo sentir e o vice-presidente Kgalema Motlanthe classificou o desemprego entre os jovens como "uma bomba-relógio esperando para detonar".

O ressentimento é intenso. Somakhephu, ex-operário na mineração de platina, diz que os frutos de seu trabalho nada devem ao setor mineral, que não cumpriu as expectativas públicas de uma maior redistribuição da riqueza desde o final do domínio pela minoria branca do país, em 1994.

"Eu construí essas casas com a agricultura, não com a mineração", diz o ágil Somakhephu, 61, mostrando com um gesto as cinco casas pequenas mas sólidas que enfeitam sua propriedade rural nas íngremes colinas da província sul-africana do Cabo Oriental.

Por trás dele, a leste, fileiras ordenadas de laranjeiras se estendem até o piso do vale; a oeste, há um pomar de bananeiras luxuriantes.

Elliot Belem, 56, sobrinho de Somakhephu, em pé entre as laranjeiras, diz que plantar seu lote de 2,5 hectares era melhor do que a vida nas minas de ouro, onde ele trabalhou por muito tempo na equipe de primeiros socorros.

"É melhor ser agricultor do que mineiro. Não tenho chefe, sou autônomo", diz.

Os dois são parte de um projeto que viu mais de 5,2 mil unidades domiciliares plantarem mais de 110 mil árvores frutíferas de 1999 para cá, de acordo com o Conselho de Pesquisa Agrícola da África do Sul, uma agência estatal, e a Baya Development Trust, a ONG que está por trás da iniciativa.

O projeto, que não recebeu fundos do setor de mineração, tem por objetivo final a formação de cooperativas que ajudarão no marketing e distribuição dos produtos de um setor ainda dominado por agricultores comerciais brancos, cujas operações em escala industrial fizeram da África do Sul o segundo maior exportador mundial de frutas cítricas, atrás da Espanha.

### *RESERVAS DE MÃO DE OBRA*

A agricultura comercial, mesmo em pequena escala, não era opção para pessoas como Somakhephu, no passado, nessa remota região rural que costumava ser conhecida como "Transkei", durante a era do apartheid um dos "bantustões" semi-independentes e segregados racialmente que serviam às minas como fonte de mão de obra migrante de baixo custo.

O projeto Is'Baya não só ofereceu aos agricultores e aspirantes a agricultores negros treinamento no cuidado das frutas cítricas como as mudas de árvores, que passado eram impossíveis de obter já que as restrições do apartheid mantinham os sul-africanos distantes dos mercados e do capital.

"Voltei à agricultura quando tive de deixar as minas, em 1985, mas não tinha equipamento e não sabia como obter árvores", conta Belem.

As companhias de mineração afirmam que estão dedicando recursos e programas de retreinamento às regiões hoje conhecidas como "remetentes de mão de obra", mas isso não vale para essa aldeia distante, também negligenciada pelo governo sul-africano.

Posicionada sobre as encostas íngremes da "costa selvagem" sul-africana, Noqhekwana não tem eletricidade ou água corrente e fica no final de uma estrada de terra precária.

A Amplats prometeu apoio ao retreinamento e à busca de novos empregos para os trabalhadores demitidos em áreas como essa, mas não ofereceu outros detalhes.

A Lonmin, uma companhia rival, afirma que oferece treinamento de capacitação para a agricultura aos trabalhadores próximos da aposentadoria ou que estão em risco de demissão, levando em conta as origens rurais de boa parte de sua força de trabalho.

Ainda assim, há limites para o número de pessoas que a terra poderá sustentar. A perda de dezenas de milhares de empregos no setor de mineração de ouro entre 1994 e 2004, somada a um aumento de 40% na população da região, significam que ela já está sofrendo de erosão e de exploração excessiva de suas terras.

"A erosão e deterioração da terra... são resultados já perceptíveis dessa pressão populacional recentemente induzida", apontaram pesquisadores em um estudo publicado em 2004 pelo "Journal of the South African Institute of Mining and Metallurgy".

A nova onda de demissões surge em um momento no qual a indústria de mineração do ouro sul-africana, operadora das minas mais profundas do planeta e responsável pela produção de um terço do metal precioso já extraído no planeta, enfrenta crescentes pressões de custos e uma depressão nos preços do metal,.

A força de trabalho migrante que o setor sempre empregou agora é parte de seus problemas, porque a baixa capacitação de operários semialfabetizados restringe a produtividade, enquanto as disparidades de renda alimentam inquietações trabalhistas. Dezenas de pessoas foram mortas nos últimos meses como resultado de uma guerrilha entre a União Nacional dos Trabalhadores em Mineração, ligada ao CNA, e um sindicato rival, a Associação dos Mineradores e União dos Operários de Construção (AMCU).

A Implats (Impala Platinum) anunciou que parte de seu foco está em elevar o nível de alfabetização de sua força de trabalho a fim de obter avanços de produtividade e oferecer aos antigos mineiros alguma oportunidade de avanço fora dos poços das minas.

Em seu mais recente balanço anual, a Implats informa que 80% de sua força de trabalho tem nível básico de alfabetização adulta, mais que o dobro dos 30% registrados em 2008.

As plantações de frutas incipientes ainda enfrentam muitos obstáculos --especialmente a percepção regional de que a agricultura aqui é uma atividade camponesa e não comercial, diferentemente de outras regiões, nas quais predominam os agricultores brancos.

Na cidade de Lusikisiki, a cerca de 50 quilômetros dos pomares de Somakhephu, Monica Nduli, uma mulher de meia-idade que vende frutas na beira da estrada, diz que obtém seus produtos na província de KwaZulu-Natal, a 150 quilômetros de distância.

"No Transkei? Nunca! Só em KwaZulu-Natal podemos obter frutas dessa qualidade", ela disse à Reuters.

---

### **Editorial: Paz difícil na Colômbia – Folha de São Paulo, Opinião. 21/11/2013**

Nas últimas semanas, os colombianos receberam sinais opostos sobre as negociações entre o governo de Juan Manuel Santos e a guerrilha das Farc (Forças Armadas

Revolucionárias da Colômbia) para encerrar o conflito armado que já dura quase meio século.

Primeiro veio a boa notícia: após um ano de conversas, os dois lados firmaram acordo com regras claras para viabilizar a participação política das Farc num eventual cenário pós-conflito --um feito considerado histórico por diversos analistas.

Foi o segundo tema em relação ao qual houve acordo --o primeiro foi a reforma agrária. Discute-se agora como solucionar o problema do tráfico de drogas, um negócio lucrativo para as Farc.

O clima de otimismo, porém, se esvaneceu na semana passada, quando o Ministério da Defesa revelou um suposto plano das Farc para matar o ex-presidente colombiano Álvaro Uribe (2002-2010). A responsabilidade seria de uma das facções da guerrilha, provavelmente rompida com os representantes da mesa negociadora.

Um atentado contra Uribe evidenciaria divisões internas nas Farc e certamente bloquearia as conversas. O ex-presidente é o político mais popular do país graças sobretudo ao rigor no enfrentamento da guerrilha, hoje acuada e com território bastante reduzido.

A simples divulgação do plano já reforça as duras críticas de Uribe contra as tratativas de paz, principal tema da eleição presidencial no país, marcada para maio do ano que vem.

Impedido de buscar um terceiro mandato, Uribe lançou um aliado fiel, Óscar Iván Zuluaga, para tentar impedir a reeleição do presidente Juan Manuel Santos, que foi seu ministro da Defesa.

Caso eleito, Zuluaga promete encerrar as conversas entre o governo e as Farc, sob o argumento de que só há dois pontos a discutir: "rendição e apresentação à Justiça".

Nas últimas décadas, o Estado colombiano tem alternado estratégias mais duras com tentativas de negociação para desarmar seu complexo conflito armado, que inclui ainda outros grupos guerrilheiros e paramilitares, todos sustentados pelo dinheiro do narcotráfico.

Embora tenham perdido dois terços de seu contingente na última década, as Farc ainda não foram derrotadas e têm força para comandar ataques terroristas no território colombiano.

Abandonar as tratativas teria o efeito de prolongar o confronto. Um acordo de paz seria a maneira mais rápida de sustar as ações criminosas desse agrupamento.

---

**Uma questão de planejamento. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 23/11/2013**

A China é, no presente, o maior parceiro comercial do Brasil e o principal destino de nossas exportações, quase todas provenientes do agronegócio.

O saldo de nosso intercâmbio comercial nos tem sido favorável desde 2009. Nosso superavit comercial acumulado de janeiro de 2009 a junho de 2013 chegou a US\$ 35 bilhões.

Mas nosso intercâmbio com a China, que totalizou US\$ 76 bilhões em 2012, não representou mais que 2% do comércio exterior chinês.

Mesmo sem as mudanças recém-anunciadas pelo governo chinês, as oportunidades daquele mercado para o agronegócio brasileiro ainda estão, em grande medida, para serem exploradas.

Em se tratando da demanda por alimentos, o que provavelmente vai ocorrer ali, nos próximos anos, é uma verdadeira revolução. E o Brasil precisa se preparar para ela.

Em primeiro lugar, a atual liderança chinesa se propôs a dobrar a renda per capita do país nesta década, saltando dos atuais US\$ 6.000 para cerca de US\$ 12 mil em 2020.

Nesse patamar de renda, a elasticidade da demanda por alimentos ainda é muito alta, sobretudo levando em conta que, nessa trajetória, pretende-se, adicionalmente, uma melhoria mais acentuada de renda para as populações rurais e aquelas ainda marginais nas cidades.

Além do aumento quantitativo da renda, algumas mudanças estruturais deverão ocorrer. A primeira se dará nos motores do crescimento: até aqui, as exportações e os investimentos. A partir de agora, o foco estará no aumento do consumo das famílias.

Dados do Banco Mundial mostram que o consumo doméstico representa apenas 36% do PIB chinês, o que é uma proporção anômala. Nos Estados Unidos, esse percentual atinge 72%; no Brasil, 62%, e, na Índia, 59%.

A discrepância deve-se ao alto grau de desigualdade distributiva e à baixa urbanização, fenômenos que serão objeto das novas políticas públicas. A China ainda mantém uma imensa parte de sua população no campo, vivendo em condições muito inferiores às das populações urbanas.

No começo das reformas de mercado, em 1978, 82% da população vivia no campo. Hoje, a população rural soma 49% da total, mas a proporção ainda é muito grande, considerando que a produtividade no campo é muito menor do que na moderna economia urbana. Isso explica parte da desigualdade.

A situação vai mudar rapidamente com as medidas que visam a ampliar a urbanização, em especial o programa de desenvolvimento de 135 cidades de porte médio -entre 1 milhão e 10 milhões de habitantes. Independentemente de qualquer

política, nenhum regime consegue manter em harmonia um país dividido em dois mundos tão diferentes.

Além da urbanização, virá uma flexibilização da política de registro de domicílios, que hoje mantém na condição de residentes clandestinos 270 milhões de chineses que vivem nas grandes cidades. Sem acesso a nenhum serviço público, eles são forçados a consumir pouco e poupar muito para atender às despesas de saúde, educação e aposentadoria.

Finalmente, cogita-se dar aos produtores rurais a oportunidade de transacionar seus direitos de uso da terra. No regime vigente, os produtores rurais que migram para a cidade deixam para trás, sem nenhuma remuneração, o único ativo de sua vida: a terra de onde tiram o sustento. O mesmo se dá quando os governos locais confiscam a terra rural para construir cidades ou fábricas.

Esse conjunto de políticas e reformas terá como consequência a melhoria significativa de renda para grande parte dos 900 milhões de pessoas ainda à margem do progresso chinês. E crescerá muito a demanda por alimentos, que só poderá ser atendida via importações, dadas as restrições impostas à China pela escassez de água e de terras agricultáveis, que não passam de 120 milhões de hectares.

O Brasil é, talvez, o único país do mundo que pode atender a tempo tal aumento de demanda. Temos terras férteis, clima, tecnologia e força de trabalho qualificada para aproveitar essa oportunidade.

O nosso setor deve utilizar a ótima interlocução que tem com o governo para a construção de um minucioso e abrangente planejamento. O improviso pode ser o nosso maior adversário.

---

### **Yara compra empresa de fertilizantes da América Latina – Valor Econômico, Agronegócios. 26/11/2013**

A companhia norueguesa de fertilizantes Yara firmou um acordo para comprar a OFD Holding da Omimex Resources por US\$ 425 milhões, incluindo dívida, para expandir suas operações de distribuição pela América Latina.

O negócio compreende instalações de produção de fertilizantes na Colômbia e empresas de distribuição em toda a América Latina, entre elas, Abocol (Colômbia), Misti (Peru), Omagro (México), Fertitec (Panamá e Costa Rica), Cafesa (Costa Rica) e Norsa (Bolívia).

Segundo comunicado da Yara, a transação vai complementar a recente aquisição da empresa de fertilizantes da Bunge no Brasil. E tem um potencial de sinergia de US\$ 20 milhões por ano por meio da logística, otimização de abastecimento e substituição de produtos provenientes de terceiros

Em 2012, a OFD teve uma receita líquida de US\$ 796 milhões e um Ebitda de US\$ 35 milhões.

---

**Governo Federal participa de Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar na Venezuela. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/11/2013**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) participa nesta quarta-feira (27) do encontro semestral da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf). Sete países da América do Sul - os cinco componentes do grupo (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e dois países observadores (Bolívia e Equador) – se reúnem em Caracas, capital venezuelana para avaliar e debater os avanços da agricultura familiar na região.

Segundo o chefe da Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial do MDA, Caio França, uma peculiaridade marca a última reunião deste ano. “Essa Reaf tem uma característica única, até agora. É a primeira reunião presidida por um país que não é fundador do Mercosul. Revela a ampliação do grupo e, além disso, marca a participação do Equador e da Bolívia, que não são membros formais, mas que participam do debate”, avalia.

A reunião, com duração de três dias, teve início nesta segunda-feira (25), com o encontro internacional da sociedade civil. O segundo ato é o debate entre governo e movimentos sociais em quatro grupos temáticos. “As discussões dos grupos têm duas vertentes. A primeira é a socialização da trajetória de cada grupo, contar o que foi feito nos 10 anos de Reaf, fazer essa avaliação de como as iniciativas repercutiram em cada país, seja com a criação de novas instituições, de políticas ou de marcos legais. A segunda é definir e organizar os temas para ações em 2014, Ano Internacional da Agricultura Familiar”, antecipa França.

Os quatro grupos são divididos em: Gênero, que vai discutir a nova etapa do programa de formação regional; Juventude, que debate a edição renovada do curso de formação para juventude rural; Acesso à Terra, que tratará das Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra e dos Recursos Pesqueiros e Florestais; e Facilitação do Comércio, que discutirá os critérios comuns para o reconhecimento da agricultura familiar nos países para propiciar a construção de políticas públicas.

Além disso, a reunião pretende definir a equipe que vai estudar a instituição de uma chancela para reconhecer produtos da agricultura familiar da região. “Vamos discutir a possibilidade de, no ano que vem, criarmos o Selo da Agricultura Familiar do Mercosul. Um dos resultados esperados desta Reaf é a organização do grupo de trabalho para construir a proposta do selo”, conta.

---

**CNA apresenta oportunidades de investimentos aos chineses – Site da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 28/11/2013**

Especialistas do Brasil e da China reuniram-se nesta semana, na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para discutir as possibilidades de aproximação entre os dois países, o que pode resultar num acordo de cooperação bilateral para ampliação do comércio e atração de investimentos. O tema foi discutido

com integrantes da delegação do Ministério de Finanças e Comércio da China e da Corporação Internacional de Engenharia Consultiva da China.

Participaram do encontro o presidente do Instituto CNA (ICNA), Moisés Gomes; a superintendente de relações internacionais do ICNA, Tatiana Palermo; o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Rubens Rodrigues dos Santos; o superintendente de Armazenagem da estatal, Rafael Borges Bueno; a diretora de Departamento de Promoção Internacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Telma Gondo; além de representantes do Ministério das Relações Exteriores.

A delegação chinesa está no Brasil para uma série de reuniões com o objetivo de prospectar oportunidades de investimentos no país. Durante a reunião, o presidente do ICNA destacou que o envolvimento da CNA com a China tem sido muito grande nos últimos dois anos. Foram quatro missões ao país asiático e a realização do seminário “AgroInvest Brasil”, em Xangai, evento que reuniu, há dez dias, cerca de 250 empresários dos dois países.

Além disso, a CNA abriu um escritório de representação em Pequim e criou um portal ([www.agroinvestbrasil.com](http://www.agroinvestbrasil.com)), com informações sobre projetos e regras para investimentos no Brasil.

As iniciativas têm o objetivo de aproximar os dois países e ampliar negócios e parcerias. “As possibilidades de cooperação são muitas, não só para a agropecuária, mas, de forma ampla, para serviços, engenharia e logística”, afirmou o presidente do ICNA.

Ao classificar como “estratégica” a parceria entre os dois países, o diretor-geral do Departamento de Investimentos no Exterior e Cooperação Econômica do Ministério do Comércio, Lin Chen, destacou o foco da delegação. “O objetivo da visita é desenvolver ainda mais a cooperação agrícola e procurar novas oportunidades nesta área”, afirmou Lin Chen, que lidera a comitiva.

O financiamento para armazenagem de produtos agrícolas no Brasil foi um dos temas do encontro. Segundo os representantes da Conab, o governo federal tem agido para corrigir o problema do déficit de armazenagem no país por meio de programas de financiamento para construção de armazéns privados, reforma e construção de novas unidades armazenadoras.

Empresários chineses que integram a delegação mostraram-se interessados no financiamento para armazenagem e nos eventuais incentivos para empresas chinesas que queiram se instalar no Brasil, temas que serão aprofundados nas próximas conversas.

---



**EuroChem e Migao fazem joint venture para produzir fertilizantes – Valor Econômico, Agronegócios. 28/11/2013**

MOSCOU E TORONTO - A EuroChem, empresa russa produtora de fertilizantes minerais e uma das dez maiores companhias de agroquímicos do mundo, e a chinesa Migao Corporation, produtora de especialidades de potássio para adubos, anunciaram hoje que estabeleceram uma joint venture.

A joint venture vai produzir até 60 mil toneladas de nitrato de potássio (NK) e até 200 mil toneladas de NPK (nitrogênio, fósforo e potássio — principais nutrientes usados na fabricação de fertilizantes) por ano em Yunnan, uma província ao sul da China. A EuroChem e a Migao vão ter, cada uma, 50% da joint venture.

No âmbito da associação, uma unidade de produção de fertilizantes está sendo construída em Luliang, na província de Yunnan.

As primeiras 100 mil toneladas de NPK são esperadas para serem lançadas já em dezembro de 2013, além das 60 mil toneladas de nitrato de potássio. As outras 100 mil toneladas de NPK devem ser produzidas em 2014.

---

**Indústria de alimentos mira mais contratos no Irã após acordo nuclear. Sybille de La Hamaide, Valerie Parent, Nigel Hunt e Sarah McFarlane – O Globo, Mundo. 28/11/2013**

LONDRES/HAMBURGO, 28 Nov (Reuters) - Depois de anos de dificuldades causadas por sanções econômicas, os fornecedores esperam que o acordo nuclear torne mais fácil a realização de contratos lucrativos para vender trigo, açúcar e outros alimentos para o Irã.

O Irã nunca foi impedido de comprar alimentos, mas as sanções financeiras da União Europeia e dos Estados Unidos tornaram a comercialização mais difícil nos últimos dois anos por criar obstáculos para pagamentos e transporte.

Um acordo preliminar alcançado no domingo, em Genebra, deixa a maioria das sanções em vigor durante pelo menos os próximos seis meses enquanto um acordo permanente é finalizado, mas algumas sanções serão relaxadas. As potências mundiais concordaram em "facilitar as operações humanitárias".

Importadores iranianos privados voltaram ao mercado internacional nos últimos dias pela primeira vez em dois anos em busca de 300 mil a 500 mil toneladas de trigo para produzir farinha, disseram operadores.

As fontes disseram esperar agressivas compras de grãos pelo Irã para a estocagem de alimentos por um período de seis meses.

Gigantes do agronegócio como Cargill e Archer Daniels Midland Co, além de outras tradings como a suíça Glencore-Xstrata, estão entre os principais participantes no comércio de alimentos com o Irã.

Essas três empresas confirmaram que vendem produtos agrícolas para o Irã e disseram que a atividade estava em conformidade com as sanções.

"O Irã precisa de um monte de trigo e outros alimentos e é provável que use a suspensão das sanções para fazer grandes compras e embarcá-las caso o acordo político não dure", disse um operador alemão.

Fontes do mercado de açúcar também têm uma visão semelhante, depois de testemunharem interesse comercial mais firme nos últimos dias.

---

**Projeto agrário apoiado pelo Brasil é alvo de críticas em Moçambique. Andrea Fama e Cecilia Anesi – Folha de São Paulo, Mundo. 30/11/2013**

Um projeto de produção de alimentos em Moçambique, com financiamento do Brasil, vem recebendo críticas de pequenos agricultores e entidades do país do leste africano, ex-colônia portuguesa.

Com a ambição de ser um celeiro de alimentos para um dos países mais pobres do mundo, o ProSavana planeja revolucionar a produção agrícola no Corredor Nacala, uma área fértil no norte de Moçambique com 14,5 milhões de hectares de terras (área equivalente ao Ceará).

As características da região, parecidas às do cerrado, facilitaram o envolvimento do governo brasileiro.

O objetivo é aumentar a produção de alimentos para o mercado interno e exportar o excedente, mas Brasil e Japão (outro financiador do ProSavana) vêm recebendo críticas por estarem interessados apenas em promover o cultivo de produtos para exportação e biocombustíveis --o que os dois países negam.

Em maio deste ano, 23 entidades religiosas, agrárias e de direitos humanos moçambicanas, além de 43 organizações internacionais, enviaram uma carta aberta à presidente Dilma Rousseff, a seu colega moçambicano, Armando Guebuza, e a Shinzo Abe, premiê do Japão.

Nela, as entidades apontam risco de "séria e iminente ameaça de usurpação de terras das populações rurais e remoção forçada de comunidades de áreas que atualmente ocupam". Elas reclamam da falta de debate e transparência quanto aos objetivos do projeto.

Outra grande experiência brasileira em Moçambique, a da mineradora Vale, na região de Tete, colabora para a desconfiança. Moradores reclamam de terem sido retirados de suas casas e dizem não terem recebido indenização adequada.

No caso do ProSavana, o receio é de que multinacionais do agronegócio tomem áreas para promover monoculturas de milho, soja, algodão e cana de açúcar, entre outras, aniquilando pequenas lavouras de subsistência e criando uma massa de trabalhadores sem terra.

Cerca de 70% da população moçambicana dependem da agricultura.

"A sociedade civil foi ignorada até agora. O envolvimento de agricultores é fundamental, pois são a base do país. Se não há diálogo, não há solução para o problema", diz Anabela Lemos, da organização moçambicana Justiça Ambiental.

O programa ainda está na fase inicial. Sua origem remonta a 2009, quando foi assinada uma parceria envolvendo Brasil, Japão e Moçambique de "assistência para produção agrícola" pelo país africano.

O Brasil vivia então o auge de sua política externa de apoio à África, marca registrada do governo Lula.

Desde então, o governo brasileiro já investiu no projeto US\$ 13,7 milhões, por meio da ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). O Japão aportou outros US\$ 23,8 milhões.

Mas o programa, que deveria estar operando neste ano, ainda não decolou.

Para os opositores do projeto, a grande ameaça é que seja criada uma situação de dependência dos pequenos agricultores com relação às grandes empresas.

O programa não prevê aquisições diretas de terra, mas esquemas de "cultivo por contrato", em que agricultores receberiam empréstimos para produzir determinada cultura para exportação.

Entidades temem que produtores caiam numa espiral de endividamento e deixem de produzir alimentos vitais para sua subsistência, contribuindo para um ciclo de fome e pobreza.

"O ProSavana não vai alimentar os moçambicanos nem as comunidades do corredor de Nacala. O objetivo é explorar a terra e impulsionar exportações. Isso vai causar e já está causando conflitos sociais", afirma Augusto Mafigo, presidente do sindicato dos produtores rurais de Moçambique.

Para João Mosca, economista da Universidade Politécnica de Maputo, "pode haver uma agenda invisível buscando objetivos que são diferentes dos declarados".

---

**Análise: Seja qual for o resultado, dinâmica da OMC já mudou. Shawn Donnan – Folha de São Paulo, Mercado. 30/11/2013**

O enredo pode parecer o mesmo: ricos e pobres em lados opostos em relação ao comércio internacional, os dois lados imobilizados num cabo de guerra que não avança.

No cenário, deve haver protestos lá fora outra vez, enquanto os 159 membros da OMC discutem. Mas há uma boa possibilidade de que esta reunião seja diferente.

Para começar, existe uma chance real de que, pela primeira vez em 18 anos da OMC, um tratado global seja estabelecido. Mas, principalmente, quando os países estiverem todos juntos na sala, será difícil separá-los em "norte" e "sul", divisão que predominou na OMC durante a maior parte de sua história.

Atolados em economias que não deslancham, os Brics estão rachando. Brasil, China e Rússia estão mais propensos a apoiar acordos. O mesmo acontece com os africanos e o influente agrupamento de pequenos países afro-caribenho-pacíficos.

Para eles, a pauta de facilitar o trânsito nas aduanas, traz enormes benefícios.

O fiel da balança agora é a Índia, que ameaça emperrar a cláusula que beneficia países mais pobres com programas de segurança alimentar.

Se a Índia, no entanto, arruinar as perspectivas da OMC, não será mais como uma heroína dos pobres.

Nos acordos preliminares, o país recebeu apoio apenas de Bolívia, Cuba, Venezuela, Zimbábue e África do Sul.

A Indonésia, que chefia o G33, deixou clara sua insatisfação. Haja o que houver em Bali, portanto, há algo novo na dinâmica global.

---

### **Ministro moçambicano vê 'conspiração' em críticas ao plano de produção de alimentos. Andrea Fama e Cecilia Anesi – Folha de São Paulo, Mundo. 30/11/2013**

O ministro da Agricultura de Moçambique, José Condungua Pacheco, vê uma "conspiração" nas críticas ao ProSavana.

"É uma conspiração para manter Moçambique dependente da importação de comida. Comida que podemos produzir aqui. Deturpam a informação para que continuemos a comer galinha cozida vinda de fora. Mas para produzirmos galinha barata, temos de produzir soja, milho para fazer as rações", diz Pacheco.

Segundo o ministro, não há "usurpação" de terras de pequenos camponeses.

"Nós não copiamos experiências negativas. Copiamos as boas coisas. E as boas coisas do Brasil é que conseguiram ter uma base de investigação científica invejável", afirma ele.

Já o coordenador do ProSavana, Calisto Bias, diz que a presença de investidores privados no programa trará para o país uma "situação win-win", ou seja, sem perdedores. Ele reconhece, no entanto, que "as informações prestadas não foram suficientes".

No site, o Ministério da Agricultura de Moçambique promete "respeitar a soberania dos produtores locais" na transição de agriculturas de subsistência para agricultura sustentável.

O aumento da produtividade viria com emprego de melhores técnicas de cultivo, uso de insumos e criação de cadeias de produção integradas ""no lugar das culturas de subsistência existentes atualmente.

A embaixadora do Brasil em Moçambique, Lígia Maria Scherer, afirma que Brasil e Japão foram simplesmente "convidados" a cooperar na promoção do desenvolvimento agrícola e de segurança alimentar de Moçambique.

Segundo ela, cultivo de lavouras para biocombustíveis, um dos principais temores das populações afetadas pelo programa, não estão previstos no ProSavana. "O ProSavana é induzido pela demanda [de alimentos]", afirma.

A presença de grandes grupos privados brasileiros dependerá, de acordo com a embaixadora, do desejo do governo moçambicano.

*Este artigo é parte do programa Innovation in Development Reporting, do European Journalism Centre. A pesquisa de campo foi conduzida por Andrea Fama, Cecilia Anesi, Jacopo Ottaviani e Isacco Chiaf.*

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa